



O MUNDO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DA CATAÇÃO, UMA BREVE ANÁLISE

José Ribeiro Gomes¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade. Utilizou-se para desenvolvimento do artigo, pesquisa bibliográfica e análise documental. Este artigo buscou demonstrar as particularidades e determinantes das condições deste trabalho na vida social, econômica e política deste público, e se esta forma de trabalho abarca os ativos mínimos para se fundamentar como atividade laborativa, em consonância com as legislações que regulamentam o trabalho no Brasil.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, mundo do trabalho, catadores.

ABSTRACT

In this paper will be discussed the four faces of the counter-reform that Brazilian The objective of this study is to analyze the working conditions of waste pickers and understand the changes occurring in the world of work. He sought to understand the various repercussions of this form of work and organizational capacity that these workers have to strengthen the category in the defense and expansion of rights and coping as a class, on the balance of forces experienced in society. It was used for article development, literature and document analysis. This paper aims to demonstrate the characteristics and determinants of conditions of work in the social, economic and political life of the public, and this form of work includes the minimum assets to be based as labor activity, in line with the laws regulating the work in Brazil.

KeyWords: productive restructuring, the world of work, collectors.

¹Graduado em Serviço Social -Centro Universitário Una. Pós Graduado - Gestão de Programas e Projetos Sociais - Centro Universitário Una. Pós Graduado em promoção da Igualdade Racial. Especialização em Relações Étnico Racial - Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Membro integrante da Mesa de Diálogo, Negociação, Conflitos Urbanos, Agrários e Sócios Ambientais – Governo de Minas. Diretor de Comercialização – Sedese. Conselho Regional do Serviço Social - CRESS-MG – Diretor conselheiro - Secretário executivo do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária. <http://lattes.cnpq.br/1485511037558265> - citações bibliográficas GOMES, J. R. – E-mail: joseribeiroq@yahoo.com.br / joseribgomes88@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a elaboração do presente artigo é o mundo do trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação, e tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Buscou-se compreender os diversos rebatimentos desta forma de trabalho e a capacidade organizativa que estes trabalhadores possuem para fortalecer a categoria na defesa e ampliação dos direitos e do enfrentamento como classe, diante da correlação de forças vividas na sociedade no contexto das relações de trabalho.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas pelo pesquisador, e que estas conforme esclarecidas, são cada vez mais complexas, tornaram-se imprescindíveis as leituras e compreensões de autores que analisam a constituição do modo de produção capitalista, cujos processos incidem diretamente nas condições de trabalho e de reprodução da classe trabalhadora.

A ampliação da pobreza e da desigualdade social, decorrentes da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, levou um grande contingente de trabalhadores à marginalização e as formas extremas de exploração do trabalho. Uma parte desta massa que não conseguiu se inserir nos postos de trabalhos fragmentados e pauperizados, se constituiu às margens da sociedade sobrevivendo, dentre as diversas alternativas, da catação do material reciclável nos lixões e nos grandes centros, sendo estes também, moradias e sustento. Isto é, o convívio social desse trabalhador.

Considera-se, a este respeito, as análises do Código Brasileiro de Ocupações (2002), que reconhece a categoria profissional de catador de material reciclável; o Decreto nº 5.940/2006 que dispõe sobre a instituição da Coleta Seletiva Solidária, com destinação para os catadores dos materiais recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta; a Lei nº 11.445/2007 que dispõe sobre a permissão do poder público municipal contratar cooperativas e associações de catadores, com dispensa de licitação, para a realização de serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios e o Decreto nº 7.405/2010 que institui o Programa Pró-Catador, redimensiona o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais

Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) e prevê, entre outras, a adesão voluntária dos entes federados ao Programa Pró-Catador. Legislações, estas, que se tornam indispensáveis para o esclarecimento dos rebatimentos enfrentados por esta categoria.

Partindo dessa reflexão, buscou-se referenciais teóricos pertinentes ao tema para descrever a violação dos direitos destes associados no contexto da catação que têm grande dificuldade em acessar seus direitos. Os mesmos sofrem severa exploração de sua força de trabalho. Estes, em sua maioria inserida informalmente, além de muito mal remunerados, não possuem acesso aos direitos trabalhistas garantidos na CLT, configurando um trabalho precarizado e subumano. Tratando-se de um trabalho nessas condições, estes trabalhadores necessitam de total dedicação de tempo e força física para garantir o sustento. Esses trabalhadores se encontram em um ambiente insalubre, e para além das dificuldades enfrentadas, o que talvez gere mais constrangimento sejam o preconceito e a discriminação social devido às condições e padrões de vida impostos socialmente.

Para sistematizar a abordagem de tais questões, esse estudo foi estruturado, que de tal maneira são desenvolvidas análises panorâmicas sobre a organização contemporânea do trabalho e a fragilização dos direitos sociais. Busca-se analisar as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, a sua precarização e seus rebatimentos, bem como a fragilização dos direitos da classe trabalhadora em face do Estado neoliberal e transformações ocorridas nos modos de produção, tendo como principais autores como Ricardo Antunes, José Paulo Netto e David Harvey.

Buscou-se também, uma abordagem sistematizada sobre a informalidade como alternativa ao desemprego estrutural contemporâneo. É demonstrada a expansão do trabalho informal no Brasil e suas consequências para a classe trabalhadora, bem como subsídios para discussão, surgimento e evolução da catação de materiais recicláveis no Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicia-se ancorado na teoria social crítica como método, entendendo que a dialética, de acordo com Marx, é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das ideias. O que leva a entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações, sendo

necessário retratar o modo de relações de dominação, ao qual na sua gênese se implantou e desenvolveu um modo de produção, com suas várias transformações e contradições advindas do seu próprio movimento.

Portanto, em razão do contexto mencionado, percebe-se que o cenário contemporâneo se complexificou e intensificou as formas de exploração do trabalho, sobretudo para aqueles que sobrevivem da catação e do lixo. A relevância desta pesquisa está fundamentada na necessidade de conhecer e discernir o processo de trabalho e a realidade enfrentada por estes sujeitos. Destaca-se a importância social, política, econômica e cultural, na averiguação da subsistência desse contingente em sua totalidade, em que se apreendem quais os direitos positivados e efetivados desses sujeitos e se há violação dos mesmos.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E A SUA PRECARIZAÇÃO.

Observa-se nas últimas duas décadas do século XX uma metamorfose no mundo do trabalho, ocasionando um conjunto de mudanças, tanto no âmbito da produção, como também na reprodução social da força de trabalho. Até o final da década de 1960 o fordismo vigorou como modelo soberano por se constituir como uma forma hegemônica de dominação e controle social no chão da fábrica e “fora da fábrica”, cuja premissa básica era a adesão dos trabalhadores por meio da capacidade de persuasão, associada a uma impulsão policialesca do trabalhador à máxima produtividade.

Este modelo consolidou-se, como, ao mesmo tempo, alternativo e complementar ao Taylorismo. De acordo com Ferreira (2008), este se constituiu como o primeiro modo de gestão de trabalho caracterizado pela fragmentação das atividades dos trabalhadores; pela divisão entre planejamento e execução e pelo controle dos tempos e movimentos durante o processo de trabalho. Essas estratégias foram desenvolvidas pelo taylorismo para evitar a perda e o desperdício de tempo, tendo em vista aproveitar ao máximo a capacidade produtiva do coletivo de trabalhadores.

Para Oliveira (2012, p.22), o taylorismo também se caracterizou como uma forma de gestão autoritária, baseada no poder coercitivo que se restringiu ao local

de trabalho, não chegando a ser um modelo hegemônico da gestão do trabalho e da sociedade. Desta maneira, para que o taylorismo se tornasse hegemônico era necessário romper com práticas sociais e hábitos culturais vigentes, era preciso conduzir toda a sociedade a aderir a uma cooperação necessária entre patrões e empregados.

Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo avanço tecnológico, sendo que, segundo Ferreira (2008 p. 30), nos países periféricos, como o Brasil, as formas modernas passam a conviver com as formas arcaicas, já que a alta tecnologia soma-se ao trabalho infantil, escravo, informal, a mão de obra barata, maior inserção das mulheres no mercado, as terceirizações e etc., radicalizando a questão social.

Os trabalhadores em geral vivenciam a insegurança no mundo do trabalho, estão vulneráveis ao desemprego, precarização, perda dos direitos sociais e não conseguem se organizar e se fortalecer como classe trabalhadora, havendo um desmonte das organizações sindicais e das políticas sociais.

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Devido às mudanças no padrão de produção e de acumulação capitalistas ocorridas no final da década de 1970, muitas profissões consideradas estáveis passaram por processos de externalização, terceirização, subcontratação e jornadas temporárias, sazonais e parciais, alinhando-se ao surgimento de novas ocupações. Como consequência, muitas pessoas perderam seus empregos, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas de geração de renda. Neste contexto, a rua e o trabalho da catação apareceram como meios para garantir o sustento desses trabalhadores desempregados (BOSI, 2008).

Segundo Alencar (2007), as origens da atividade de catação de material reciclável são incertas. Sabe-se que alguns escritores e poetas utilizaram esse tema como inspiração, de modo que o poeta brasileiro Manoel Bandeira, em 1947, escreveu o poema “O Bicho”, expondo sua indignação com a situação de pessoas catando para se alimentar. Segue um trecho do referido poema:

“O Bicho não era um cão,

Não era um gato,

Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.”

De acordo com Alencar (2007), esta atividade intensificou-se alguns anos após a Revolução Industrial – Sec. XVIII, com a geração de objetos de consumo e embalagens em larga escala, aumentando significativamente a quantidade de resíduos sólidos nas áreas urbanas. No Brasil, o problema do lixo envolve o êxodo rural, principalmente nos anos de 1940 e 1950, de modo que no início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões.

Bosi (2008) chama atenção para o fato de que a maioria destes trabalhadores não foi catador a vida toda e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão a qual não pôde mais exercer, fosse pela determinação do mercado, fosse pela diminuição de sua capacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho. Isto posto, observa-se que o trabalho dos catadores de recicláveis está integrado ao processo de acumulação de capital. Desta forma, o desemprego, a baixa escolaridade, a faixa etária elevada os qualifica para esse tipo de ocupação.

Na cartilha “O Catador é Legal” desenvolvida pelo Ministério Público de Minas Gerais e considerada um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais recicláveis, catador é definido da seguinte forma:

Os Catadores de Materiais Recicláveis são profissionais que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e associações com diretoria e gestão dos próprios catadores.

A partir da década de 1980, os catadores formaram uma força de trabalho mais visível em todo o país. Em 1986 foi fundada a primeira cooperativa de catadores no Brasil, localizada em São Paulo, a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, formada a partir da luta dos catadores contra a perseguição da prefeitura que havia proibido a atuação deles na cidade. Este processo de luta foi vivenciado em outras cidades brasileiras, as quais possuem o mesmo modelo econômico (ALENCAR, p.7, 2007).

Ainda de acordo com Alencar, nessa década surgiram outras entidades de catadores em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em Porto Alegre/RS, a Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte ARRAZN e Associação de Catadores da Restinga; em Novo Hamburgo/RS a Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre. Além dessas, em Canoas/RS a Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas; em Santos/SP a Associação dos Carrinheiros de Santos; em Piracicaba/SP o Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado e em Belo Horizonte/MG, já no início da década de 1990, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE.

Apesar da luta constante dos catadores, foi a partir do ano de 1992 que suas articulações políticas e organizações foram mais incisivas. Em maio do respectivo ano foi realizado em Santos/SP o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, tendo como principais reivindicações o reconhecimento profissional e a articulação nacional. Em novembro de 1999, em Belo Horizonte, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, que serviu como um preparatório para um evento maior (ALENCAR, p.13, 2007).

Segundo o autor referido acima, o marco definitivo na vida dos catadores foi o Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que aconteceu em junho de 2001 em Brasília. Este evento contou com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades, como a Organização de Auxílio Fraternal - OAF e a “United Nations Children's Fund” - UNICEF (em português: Fundo das Nações Unidas para a Infância). Neste congresso foram definidas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, devidamente registradas na Carta de Brasília.

Esta carta ressalta os serviços prestados pelos catadores e cobra das autoridades e da sociedade brasileira a regulamentação da profissão, ~~bem como~~ um espaço digno de trabalho, cidadania e erradicação do trabalho infanto-juvenil na catação. A partir do Congresso Nacional, houve um grande aumento de cooperativas e associações de catadores no Brasil (ALENCAR, 2007).

Em janeiro de 2003, em Caxias do Sul, ocorreu o 1º Congresso Latino americano de Catadores. Entre as principais conclusões deste encontro estava a necessidade de organização e articulação latino-americana dos catadores. Em dezembro, o MNCR com o incentivo de instituições, como a OAF, Pastoral de Rua, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA, e a Fundação AVINA, conquistou a adesão do Governo Federal, que instituiu uma Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores e determinou que cada ministério procurasse contemplar os catadores nos seus programas e ações. Em dezembro de 2004 foi assinado convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação AVINA, objetivando a estruturação política para o trabalho do MNCR em todo o Brasil (ALENCAR, 2007).

Como resultado desse processo de luta do MNCR, em 2002 os catadores conquistaram o reconhecimento da categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o código de registro nº5.192-05. Outra conquista dessa categoria ocorreu em 2011, com a Lei Estadual nº 19.823 que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis (Bolsa Reciclagem). Trata-se de um valor a ser repassado trimestralmente para as associações e cooperativas de catadores, sendo que 90% desse valor são destinados aos catadores e o restante para todo o grupo.

Entretanto, estes devem comprovar que estão trabalhando e que seus filhos estão na escola. A Bolsa Reciclagem é uma forma de reconhecer o benefício que esses trabalhadores trazem para a sociedade. (MPMG, 2013)

Ainda de acordo com a cartilha “O Catador é Legal”, em 2010, os catadores se beneficiaram com a criação da Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os governos devem incluir os catadores na efetivação da política, devem incentivar a formação de cooperativas, associações e à estruturação de seus galpões e equipamentos, podendo conceder financiamentos e incentivos. Nos municípios onde há organização de catadores, eles terão preferência na contratação para a atividade de reaproveitamento de resíduos e da coleta seletiva.

Percebe-se, assim, que o recente processo de organização dos catadores vem ganhando notoriedade perante os agentes públicos. Porém, mesmo diante ao avanço nas legislações e na legitimação da profissão, as relações de trabalho dessa categoria permanecem, em sua maioria, na informalidade.

Segundo Medeiros e Macedo (2007), as condições em que os catadores desenvolvem seu trabalho são extremamente precárias. Eles são desprovidos de garantias trabalhistas que os amparem, principalmente em relação a acidentes de trabalho, a doenças, à aposentadoria, 13º salário e seguro desemprego. São mal remunerados, vítimas de preconceitos e não são reconhecidos pela sociedade; sem falar nos riscos à saúde existentes na atividade. Conforme as autoras (apud Birbeck, p.79, 1978) “os catadores se auto empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho”.

Desta forma, faz-se necessário a constante organização do MNCR para a efetivação e permanente busca de seus direitos enquanto cidadãos e enquanto categoria profissional, além do merecido reconhecimento e respeito do poder público e de toda sociedade.

Ao analisar os rebatimentos da precarização do trabalho via informalidade, nota-se que os trabalhadores neste meio de produção, inseridos no mercado informal, são expostos a uma jornada de trabalho exaustiva. Tais rebatimentos expõem estes trabalhadores a um regime laboral bem diferente do praticado no mercado formal. Desta forma, fica evidente a fragilização dos mesmos frente à nova realidade imposta pela informalidade, onde o tempo de trabalho não é mais pré-definido e o salário por este tempo não é mais pré-fixado.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que a informalidade pode significar possibilidades para alguns, pode também determinar as dificuldades e condicionamentos de um mercado de trabalho cada vez mais excludente e seletivo. Assim, ficam evidentes as dificuldades que enfrentam os trabalhadores que vivem da catação de materiais recicláveis, em seu cotidiano laboral, tanto na perspectiva de emancipação do cidadão, quanto na desconstrução dos direitos dos mesmos. Percebe-se que estes trabalhadores recorrem à catação de material reciclável por se encontrarem em situação de desemprego e falta de opção no mercado de trabalho. O mesmo pode ser verificado quando se percebe que parte deles já trabalhou em outras atividades laborais anteriores a atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o trabalho e a condição de vida dos trabalhadores da catação é algo que vai muito além da simples dimensão da reinserção deste público na sociedade por meio da renda. Percebeu-se ao longo da pesquisa que este público em sua trajetória sócio histórica carrega as manifestações da questão social, pois o preconceito, a desigualdade, a exclusão social e a negação dos direitos estão presentes na trajetória de vida destes trabalhadores. Tais fatos são resultados do modelo de acumulação capitalista e de um processo de industrialização desigual, tornando a catação uma alternativa de sustento para as pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Apesar de esta função proporcionar benefícios sociais, econômicos e ecológicos para a sociedade, constatou-se que os catadores ainda são vistos com ~~muito~~ preconceito, pois, em sua maioria, é um público que já esteve ou se encontra em trajetória de rua, fazendo da catação um meio para a sua sobrevivência. Esse preconceito, ainda latente em parcela da sociedade, se evidencia pela opinião construída no contexto histórico e cultural, voltada para o senso comum e higienista dos grandes centros urbanos. Considera-se a aglutinação destes trabalhadores em associações ou cooperativas como ferramentas de fortalecimento da coletividade dos catadores, principalmente para a venda de seus produtos, como um grande avanço diante do monopólio de preços colocados pelos atravessadores. Entretanto, a processualidade e metodologia do trabalho apresentam várias expressões da contradição e exploração da relação entre capital e trabalho, com destaque para a informalidade.

O processo de construção de políticas públicas avançou nesta temática, com conquistas significativas para os catadores de materiais recicláveis. Porém, as mesmas ainda estão longe de reparar a dívida histórica que o Estado tem para com estes trabalhadores. Outro fator agravante advém da falta de efetividade dos direitos e garantias fundamentais promulgados na Constituição Federal de 1988. Ou seja, pensar a superação da precarização do trabalho dos catadores seria menos angustiante se de fato efetivassem as políticas qualitativamente, ou seja, promovendo e garantindo aos trabalhadores da catação o acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Em suma, desmistificar alguns paradigmas sobre o trabalho com materiais recicláveis é essencial para todos. A dimensão unilateral ecológica desse tipo de trabalho se revela com maior facilidade pela sua ênfase na contemporaneidade e interesses do capital travestidos nesse discurso. No entanto, igualmente importante é compreender estes trabalhadores em sua totalidade, como pertencentes a uma classe, bem como as expressões da questão social inerentes ao trabalho e refletidas na vida dos catadores inseridos na sociedade. Para, desta forma, promover ações contínuas e integrais de promoção e garantia e dos direitos e melhoria nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**, n.3. Brasília, ABEPSS. 2001, p. 41 – 50.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. **Novos protagonistas no espaço urbano: Origem, Estrutura e Emergência da Organização dos Catadores no Brasil**. XII Encontro Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - 21 a 25 de maio de 2007. Belém - Pará - Brasil

ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Marcio. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Ed Cortêz. P.195-209.

ANTUNES, R.A **desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais**. EvocatiRevistan. 19, Jul 2007. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134>. Acesso em: 16/03/2014.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7ed. São Paulo: Cortez, 1999B. In: VIDAL, MARINA VALERIA. **Pressupostos políticos-ideológicos e características do “terceiro setor” no âmbito das Políticas Sociais na Argentina**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M^a O da S e, YASBECK, C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MESSIAS DE. **Prazer e sofrimento no trabalho de psicólogos em um hospital público da região norte do Brasil**. Porto Velho, Rondônia, 2012.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, ERIKA. **Fordismo, taylorismo e toyotismo**: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf - Acesso em 20 de outubro de 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 7.ed. São Paulo : Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal”**. O caso dos catadores de recicláveis. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 23 No. 67. 2008 (Pág 101 a 191)

DIAS, Sonia Maria. **Coleta seletiva e inserção cidadã – a parceria poder público/ASMARE**. Belo Horizonte, 2014. In: JACOBI, P. Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos: Inovação com Inclusão Social. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Sonia Maria. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte. 2002

FERREIRA, JOSÉ WESLEY. **Questão social**: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1230 - Acesso em 21 de outubro 2013.

MINAS GERAIS. Belo Horizonte. **Outra Economia é necessária e urgente**, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola, Rio de Janeiro, 1992.

MACEDO, Kátia Barbosa. MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende. **Profissão catador de material reciclável**: entre o viver e o sobreviver. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago /2007

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos na contramão do capital**: a geografia do (des)trabalho. São Cristóvão/SE: Dissertação de Mestrado/ NPGeo-UFS, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova Fábrica de Consensos**: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social – 5ª Edição – Editora Cortez - 2010

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais. **O Catador é Legal**. Um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. SIC – Superintendência de Comunicação Integrada MPMG. Belo Horizonte, 2013.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, in Serviço Social e Sociedade, Cortez Editora, Ed. 50, 1996, (p. 87-132).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. PUC-SP (Faculdade de Serviço Social). Disponível em:

<http://www.galizacig.com/actualidade/200306/cmn_a_feminizacao_no_mundo_do_trabalho.htm>. Acesso em 27/03/2014.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **A informalidade do/no mundo do trabalho e os trabalhadores informais precarizados em Itabaiana/SE**. GEONORDESTE, n. 2: Ano XXII – Artigos, 2011.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da ASMARE em Belo Horizonte (MG)**. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. 2011.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.